

Análise dos recentes julgados do STJ envolvendo o transporte ilegal de madeiras

Maximiliano Darcy David Deitos

Celito de Bona

COMO CITAR ESTA DISSERTAÇÃO:

DEITOS, Maximilian D.D.; BONA, Celito de. **Análise dos recentes julgados do STJ envolvendo o transporte ilegal de madeiras**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021.

Formato Documento Eletrônico (ABNT)

DEITOS, Maximilian D.D.; BONA, Celito de. **Análise dos recentes julgados do STJ envolvendo o transporte ilegal de madeiras**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Especialização em Direito Ambiental) – Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em:

RESUMO

Partindo da constatação que as mudanças climáticas são um fato e a atuação do juiz que atua com questões ambientais se depara com a exigência da solidariedade intergeracional, o presente artigo possui três objetivos a contemplar: o primeiro é uma reflexão crítica sobre a insignificância ou não do bem jurídico ambiental; o segundo é descrever as várias modalidades de conduta possíveis encontradas no art. 46, caput e parágrafo único da Lei n. 9.605/1998 (transporte irregular de madeira); e, finalmente, o terceiro é analisar as recentes decisões do

Superior Tribunal de Justiça, no tocante à aplicação ou não do princípio da proporcionalidade em relação ao perdimento total da madeira apreendida; apreensão do veículo utilizado como instrumento do crime; ausência de direito subjetivo à condição de depositário fiel do bem utilizado como instrumento no transporte irregular de madeira. Para tanto, se utilizará, como se pôde perceber, do método analítico descritivo, com base na experiência empírica do autor como titular da Vara do Juizado Especial Criminal de Ji-Paraná/RO.

Palavras-Chaves: Mudanças climáticas; Transporte irregular de madeira; Apreensão de veículo; Perda da madeira apreendida.

ABSTRACT

Based on the observation that climate change is a fact and the role of the judge who works with environmental issues is faced with the requirement of intergenerational solidarity, this article embraces three objectives: the first is to provide a critical account on the insignificance or not of environmental legal asset; the second is to describe the various possible modes of conduct found in art. 46, caput and sole paragraph of Law 9,605/1998 (irregular timber transportation); and, finally, the third is to analyze the recent decisions by the Superior Court of Justice, regarding the application or not of the principle of proportionality in relation to the total loss of the seized wood; seizure of the vehicle used as an instrument of crime; absence of subjective right to the condition of faithful depositary of the good used as an instrument in the irregular transport of wood. For this purpose, the descriptive and analytical method, will be used, as noted, based on the author's empirical experience as presiding judge of the Special Criminal Court of Ji-Paraná/RO.

Keywords: Climate changes; Irregular transport of wood; Vehicle seizure; Loss of seized wood.

Texto completo em PDF